D.O.M. Estado do Rio de Janeiro, 11 de Julho de 2025
Subsecretaria de Comunicação
Ano XXI Edição Nº 2318
PREFEITURA MANGARATIBA

DIÁRIO OFICIAL

DO MUNICÍPIO DE MANGARATIBA

Endereço: Praça Robert Simões, nº 92 - Centro - Mangaratiba - RJ
Telefone: (21) 2789 6000 · Site: http://www.mangaratiba.rj.gov.br/novoportal

Neste fim de semana: Parque de Exposições de Mangaratiba vai receber Arraiá do Rio Junino

Neste fim de semana, dias 12 e 13/07, Mangaratiba recebe o Arraiá do Rio Junino, que acontece das 17h às 22h, no Parque de Exposições de Mangaratiba.

A festa vai ter shows do grupo ImaginaSamba e do cantor Príncipe, circuito gastronômico com comidas típicas, área de lazer, e ainda vai contar com uma etapa do Concurso Estadual de Quadrilhas de Festa Junina.

O evento é uma parceria do Governo do Estado, por meio da Secretaria Estadual de Turismo, Prefeitura de Mangaratiba, Fundação Mário Peixoto, Rádio Costa Verde, AEFERJ, Liquerj e SC Eventos.



PREFEITO
LUIZ CLÁUDIO DE SOUZA RIBEIRO

VICE-PREFEITO
LUCAS DA SILVA VENITO

CHEFE GERAL DE GABINETE
MICHEL ELIZIARIO SANTOS

PROCURADOR GERAL DO MUNICÍPIO
ANDRÉ BRASIL DE SIQUEIRA

CONTROLADOR GERAL DO MUNICÍPIO
MARCOS BARBOSA CAVALCANTE JÚNIOR

SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E SUPRIMENTOS
LUCIANA CAMPOS PEREIRA DA SILVA SANTOS

SECRETÁRIO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
RENATO DELMIRO CABRAL

SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E DIREITOS HUMANOS
EDUARDO FERREIRA JORDÃO

SECRETÁRIO MUNICIPAL DE OBRAS E INFRAESTRUTURA
LUÍS EDUARDO LOPES DA COSTA

SECRETÁRIO MUNICIPAL DE TESOURO
MARCELLO COSTA DA ROSA

SECRETÁRIA MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE E MUDANÇAS CLIMÁTICAS
NATACHA ISABELA TOREZANI KEDE

SECRETÁRIO MUNICIPAL DE AGRICULTURA E PESCA
RICARDO GICQUEL DA SILVA

SECRETÁRIO MUNICIPAL DE SAÚDE
LUCAS DA SILVA VENITO

SECRETÁRIO MUNICIPAL DE DEFESA CIVIL
PAULO ROGÉRIO GONÇALVES ESCARANI

SECRETARIA MUNICIPAL DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA
LAURO TENÓRIO PINHEIRO

SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ORDEM PÚBLICA
RODRIGO SANTOS BONDIM

SECRETÁRIO MUNICIPAL DE SEGURANÇA E TRÂNSITO
ANDERSON BRITO DE QUADROS

SECRETÁRIO MUNICIPAL DE TURISMO E EVENTOS
VITOR TENÓRIO SANTOS

SECRETÁRIO MUNICIPAL DE TRANSPORTE
LEÔNIO DA SILVEIRA DIAS

SECRETÁRIO MUNICIPAL DE CULTURA
NELSON LEITE DA SILVA JÚNIOR

SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ESPORTE E LAZER
RÔMULO DOS SANTOS NOGUEIRA

SECRETÁRIA MUNICIPAL DA MULHER
GABRIELA ANGELO DO NASCIMENTO

SECRETÁRIA MUNICIPAL DA JUVENTUDE
ANA LUÍSA DA SILVA VENITO

PRESIDENTE DO INSTITUTO JOSÉ MIGUEL
LIDIO COUTO AMORIM

PRESIDENTE DA FUNDAÇÃO MÁRIO PEIXOTO
PAULO HENRIQUE DO VALLE SANTOS

PRESIDENTE DO INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES MUNICIPAIS DE MANGARATIBA
ANDERSON DA SILVA MOREIRA

PRESIDENTE DA EMPRESA PÚBLICA DE TRANSPORTES DE MANGARATIBA
EDUARDO ESTRELA DOS SANTOS

PRESIDENTE
NILTON CARLOS SANTIAGO BARROS

VICE PRESIDENTE
MAIR ARAÚJO BICHARA

1° SECRETÁRIO
CECÍLIA RIBEIRO CABRAL

2° SECRETÁRIO
JOSUÉ DOS SANTOS

VEREADORES:
AILTON SOARES JUNIOR
ALCIMAR MOREIRA DA SILVA
ANTONIO CESAR DOS SANTOS JUNIOR
CECÍLIA RIBEIRO CABRAL
DANIEL DE SOUZA VASCONCELLOS
JOÃO FELIPPE DE SOUZA OLIVEIRA
JOSUÉ DOS SANTOS
KAIO LUIZ PEIXOTO FREIJANES
MAIR ARAÚJO BICHARA
MARCIO SARGUIS TELHADO
NIELSON KOPKE DE JESUS
NILTON CARLOS SANTIAGO BARROS
YURY AGUIAR DOS REIS

EXTRATO DO CONTRATO DE REPASSE N° 946175/2023/MDASCF/CAIXA- PROCESSO ADMINISTRATIVO 5489/2025. ENTRE A UNIÃO FEDERAL,PORINTERMEDIODOMINISTÉRIODODESENVOLVIMENTO E ASSISTÊNCIA SOCIAL E O MUNICIPIO DE MANGARATIBA/RJ.
Fundamentação Legal: Lei Federal 8.666/93.
Objeto: Reforma de Centro de Referência de Assistência Social- CRAS
Prazo: O Termo de Contrato de repasse terá vigência partir da assinatura do presente instrumento 15/12/2023- 15/12/2026.
Dotação Orçamentária: as despesas relativas ao valor do repasse de contrapartida, correrão à conta da dotação aloca no orçamento, n° 02.09.01.08.244.0019.200 3.3.3.90.39.00.15000000, sendo emitida Nota de Empenho n° 00717/2025-01.
Data da Assinatura: 15 de dezembro de 2023.
Justificativa da Publicação Extemporânea. Considerando as disposições da Lei nº. 8.666/93, especialmente seu artigo 61, parágrafo único, que determina como condição indispensável para a eficácia dos contratos da Administração a providência relativa à publicação resumida do respectivo instrumento até o quinto dia útil do mês subsequente;
Considerando o poder-dever da Administração de convalidar os atos que não possuam vícios insanáveis, como os de objeto, motivo e finalidade, nem mesmo prejuízo os direitos de terceiros; Considerando que não se constata no retardamento de publicação do Extrato do Contrato de repasse n° 946175/2023/MDASCF/CAIXA, lesão ao interesse público, uma vez que os respectivos procedimentos transcorreram na forma da lei, já se encontrando homologado e o seu objeto adjudicado; Considerando, ainda, o disposto no art. 55 da Lei nº 9.784/99, Lei de Processo Administrativo da União, que autoriza a convalidação, pela própria Administração, de atos em que se evidencie não acarretarem lesão ao interesse público, nem prejuízo a terceiros, nos quais sejam constatados apenas defeitos sanáveis: RESOLVE: Fica convalidado o ato relativo à publicação extemporânea do contrato de repasse n° 946175/2023/MDASCF/CAIXA, e ratifica todos os atos praticados por esta administração no atendimento do seu objeto; convalidação e ratificação estão respaldadas nos princípios da Administração Pública e na Lei Federal nº. 9.784/99, visto que não se verifica lesão ao interesse público nem prejuízo a terceiros, sendo o vício sanável na forma da lei. Mangaratiba, 11 de julho de 2025.

EXTRATO DO 1° TERMO DE APOSTILAMENTO AO CONTRATO N° 035/2019 PROCESSO ADMINISTRATIVO N° 6758/2019.
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE MANGARATIBA
CONTRATADO: ENGEPARK OBRAS E SERVIÇOS LTDA.
OBJETO: Dá-se ao objeto do presente termo de apostilamento a inclusão da rubrica orçamentária de n°02.08.01.12.361.0009.1005.3.3.9.39.00, sem prejuízo das demais constantes no contrato.
FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: A presente apostila de inclusão do referido contrato ampara-se no artigo 65, §8°, da Lei 8.666/93, tendo em vista que não ocorreu modificação do contrato, mas apenas inclusão de rubrica orçamentária.
DATA DA ASSINATURA: Mangaratiba, 01 de julho de 2025.

PORTARIA N.º 3064 DE 10 DE JULHO DE 2025.
O PREFEITO MUNICIPAL DE MANGARATIBA, no uso de suas atribuições legais,
RESOLVE:
Nomear o(a) Senhor(a) WAGNER LUIZ LOPES DE ASSUMPÇÃO, para exercer o Cargo de ASSESSOR DE AÇÃO SOCIAL, Símbolo ASSIII, do(a) SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E DIREITOS HUMANOS, com efeito retroativo a partir de 01 de junho de 2025.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.
Mangaratiba, 10 de julho de 2025.
Luiz Cláudio de Souza Ribeiro
Prefeito

PORTARIA N.º 3067 DE 11 DE JULHO DE 2025.
O PREFEITO MUNICIPAL DE MANGARATIBA, no uso de suas atribuições legais,
RESOLVE:
Nomear o(a) Senhor(a) WELLINGTON CARVALHO DE ANDRADE, para exercer o Cargo de DIRETOR DE CULTURA, Símbolo DRT, do(a) SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA, com efeito retroativo a partir de 01 de julho de 2025.

PORTARIA N.º 3065 DE 11 DE JULHO DE 2025.
O PREFEITO MUNICIPAL DE MANGARATIBA, no uso de suas atribuições legais, e tendo em vista a Portaria n° 3064/2025,
RESOLVE:
Exonerar, o(a) Senhor(a) WAGNER LUIZ LOPES DE ASSUMPÇÃO, do Cargo de ASSESSOR DE AÇÃO SOCIAL, símbolo ASSIII, do(a) SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E DIREITOS HUMANOS, com efeito retroativo a partir de 01 de julho de 2025 .

PORTARIA N.º 3066 DE 11 DE JULHO DE 2025.
O PREFEITO MUNICIPAL DE MANGARATIBA, no uso de suas atribuições legais, e tendo em vista a Portaria n° 2686/2025,
RESOLVE:
Exonerar, o(a) Senhor(a) MATHEUS MARTINS DE OLIVEIRA, do Cargo de DIRETOR DE CULTURA, símbolo DRT, do(a) SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA, com efeito retroativo a partir de 01 de julho de 2025 .

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.
Mangaratiba, 11 de julho de 2025.
Luiz Cláudio de Souza Ribeiro
Prefeito

PORTARIA ADM. N.º 842 DE 09 DE JULHO DE 2025.
A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E SUPRIMENTOS, no uso de suas atribuições, nos termos da Delegação de competência que lhe foi atribuída no Decreto n.º 4.131 de 03 de dezembro de 2019,
RESOLVE:
Conceder 15(QUINZE) dias de licença médica a(o) servidor(a) JANAINA DE OLIVEIRA PINTO, PROFESSOR II, matrícula n.º 2732, lotado(a) no(a) SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, com efeito retroativo a partir de 10/07/2025 a 24/07/2025, conforme processo n.º 15316/2021.

PORTARIA ADM. N.º 843 DE 09 DE JULHO DE 2025.
A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E SUPRIMENTOS, no uso de suas atribuições, nos termos da Delegação de competência que lhe foi atribuída no Decreto n.º 4.131 de 03 de dezembro de 2019,
RESOLVE:

Conceder 15(QUINZE) dias de licença médica a(o) servidor(a) JANAINA DE OLIVEIRA PINTO, PROFESSOR II, matrícula n.º 1170, lotado(a) no(a) SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, com efeito retroativo a partir de 10/07/2025 a 24/07/2025, conforme processo n.º 15316/2021.

PORTARIA ADM. N.º 844 DE 09 DE JULHO DE 2025.
A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E SUPRIMENTOS, no uso de suas atribuições, nos termos da Delegação de competência que lhe foi atribuída no Decreto n.º 4.131 de 03 de dezembro de 2019,
RESOLVE:
Conceder 90(NOVENTA) dias de licença médica a(o) servidor(a) SILVANA GUIMARAES BARBOSA CORTES, NUTRICIONISTA, matrícula n.º 2566, lotado(a) no(a) SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE, com efeito retroativo a partir de 13/06/2025 a 10/09/2025, conforme processo n.º 15592/2019.

PORTARIA ADM. N.º 845 DE 09 DE JULHO DE 2025.
A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E SUPRIMENTOS, no uso de suas atribuições, nos termos da Delegação de competência que lhe foi atribuída no Decreto n.º 4.131 de 03 de dezembro de 2019,
RESOLVE:
Conceder 90(NOVENTA) dias de licença médica a(o) servidor(a) LUCIANA BATISTA DE CARVALHO, INSPETOR DE ALUNOS, matrícula n.º 3211, lotado(a) no(a) SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, com efeito retroativo a partir de 04/06/2025 a 01/09/2025, conforme processo n.º 16422/2019.

PORTARIA ADM. N.º 846 DE 09 DE JULHO DE 2025.
A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E SUPRIMENTOS, no uso de suas atribuições, nos termos da Delegação de competência que lhe foi atribuída no Decreto n.º 4.131 de 03 de dezembro de 2019,
RESOLVE:
Conceder 90(NOVENTA) dias de licença médica a(o) servidor(a) NADIA MARIA DIAS DA SILVA, ORIENTADOR EDUCACIONAL, matrícula n.º 3008, lotado(a) no(a) SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, com efeito retroativo a partir de 09/06/2025 a 06/09/2025, conforme processo n.º 13368/2024.

PORTARIA ADM. N.º 847 DE 09 DE JULHO DE 2025.
A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E SUPRIMENTOS, no uso de suas atribuições, nos termos da Delegação de competência que lhe foi atribuída no Decreto n.º 4.131 de 03 de dezembro de 2019,
RESOLVE:
Conceder 25(VINTE E CINCO) dias de licença médica a(o) servidor(a) GABRIELLA MONTALVAO SCHIAVINI, PROFESSOR II, matrícula n.º 3695, lotado(a) no(a) SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, com efeito retroativo a partir de 10/06/2025 a 04/07/2025, conforme processo n.º 6660/2023.

PORTARIA ADM. N.º 848 DE 09 DE JULHO DE 2025.
A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E SUPRIMENTOS, no uso de suas atribuições, nos termos da Delegação de competência que lhe foi atribuída no Decreto n.º 4.131 de 03 de dezembro de 2019,
RESOLVE:
Conceder 90(NOVENTA) dias de licença médica a(o) servidor(a) ROSA LUZIA ADRIANA GONSALVES SANTIAGO DA SILVA, PROFESSOR II, matrícula n.º 2324, lotado(a) no(a) SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, com efeito retroativo a partir de 30/06/2025 a 27/09/2025, conforme processo n.º 16733/2019.

PORTARIA ADM. N.º 849 DE 09 DE JULHO DE 2025.
A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E SUPRIMENTOS, no uso de suas atribuições, nos termos da Delegação de competência que lhe foi atribuída no Decreto n.º 4.131 de 03 de dezembro de 2019,
RESOLVE:
Conceder 30(TRINTA) dias de licença médica a(o) servidor(a) POLIANA SILVA DE SOUZA PROCOPIO, SERVENTE ESCOLAR, matrícula n.º 11256, lotado(a) no(a) SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, com efeito retroativo a partir de 29/09/2025 a 28/07/2025, conforme processo n.º 5325/2025.

PORTARIA ADM. N.º 850 DE 09 DE JULHO DE 2025.
A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E SUPRIMENTOS, no uso de suas atribuições, nos termos da Delegação de competência que lhe foi atribuída no Decreto n.º 4.131 de 03 de dezembro de 2019,
RESOLVE:
Conceder 45(QUARENTA E CINCO) dias de licença médica a(o) servidor(a) MONIRA OLIVEIRA MENDONCA REIS, PROFESSOR II, matrícula n.º 1713, lotado(a) no(a) SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, com efeito retroativo a partir de 11/11/2024 a 25/12/2024, conforme processo n.º 9121/2023.

PORTARIA ADM. N.º 851 DE 09 DE JULHO DE 2025.
A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E SUPRIMENTOS, no uso de suas atribuições, nos termos da Delegação de competência que lhe foi atribuída no Decreto n.º 4.131 de 03 de dezembro de 2019,
RESOLVE:
Conceder 60(SESSENTA) dias de licença médica a(o) servidor(a) MAURA RODRIGUES DE ALMEIDA, PROFESSOR I, matrícula n.º 10433, lotado(a) no(a) SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, com efeito retroativo a partir de 30/06/2025 a 28/08/2025, conforme processo n.º 13865/2024.

PORTARIA ADM. N.º 852 DE 09 DE JULHO DE 2025.
A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E SUPRIMENTOS, no uso de suas atribuições, nos termos da Delegação de competência que lhe foi atribuída no Decreto n.º 4.131 de 03 de dezembro de 2019,
RESOLVE:
Conceder 90(NOVENTA) dias de licença médica a(o) servidor(a) MONIRA OLIVEIRA MENDONCA REIS, PROFESSOR II, matrícula n.º 1713, lotado(a) no(a) SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, com efeito retroativo a partir de 27/06/2025 a 24/09/2025, conforme processo n.º 9121/2023.

PORTARIA ADM. N.º 853 DE 09 DE JULHO DE 2025.
A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E SUPRIMENTOS, no uso de suas atribuições legais, nos termos da Delegação de competência no Decreto nº 3360, Art. 2º de 27 de abril de 2015,
RESOLVE:
Conceder a servidora FABIANE SILVA DO NASCIMENTO, matrícula n.º 11347, lotada no(a) SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, 120(CENTO E VINTE) dias de licença maternidade, com efeito retroativo a partir de 28/05/2025 a 24/09/2025, conforme processo n.º 8244/2025.

PORTARIA ADM N. 854 DE 09 DE JULHO DE 2025
A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E SUPRIMENTOS, no uso de suas atribuições legais, nos termos da Delegação de competência no Decreto nº 3360, Art. 2º de 27 de abril de 2015,
RESOLVE:
Prorrogar por mais 60 (sessenta) dias, a licença maternidade concedida à servidora FABIANE SILVA DO NASCIMENTO, matrícula n.º 11347, lotado (a) no (a) SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, a partir de 25/09/2025 a 23/11/2025, conforme processo n.º 8244/2025.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.
Mangaratiba, 09 de julho de 2025.
Luciana Campos Pereira da Silva Santos
Secretária Municipal de Administração e Suprimentos
Portaria nº 2042/2025

PORTARIA ADM. N.º 0867 DE 11 DE JULHO DE 2025.
A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E SUPRIMENTOS, no uso de suas atribuições legais, nos termos da Delegação de competência no Decreto nº 3360, Art.2º, de 27 de abril de 2015 e conforme o Decreto de n°. 4953 de 30 de novembro de 2023,
RESOLVE:
Art.1º Designar MARIA LUCIA LOPES CARIDADE, CPF: 00641344740, para exercer a função de FISCAL DE CONTRATO, e como suplente FABIANO VILLAR GOMEZ, CPF: 01187203769, da Secretaria Municipal de Administração e Suprimentos, referente a contratação da Empresa abaixo relacionada:
• ATA N° 24/2025 – THALIA REPRESENTAÇÕES E COMÉRCIO LTDA – CNPJ: 45.203.425/0001-36;
Art.2º Para Auxílio de suas funções o mesmo deverá observar atenciosamente o Manual do Fiscal de Contratos edição 2014, alterado pelo Decreto Nº 3496, de 23 e fevereiro de 2016.
Art.3º Esta portaria entra em vigor, com efeito retroativo a partir de 04 de julho de 2025.

PORTARIA ADM. N.º 0868 DE 11 DE JULHO DE 2025.
A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E SUPRIMENTOS, no uso de suas atribuições legais, nos termos da Delegação de competência no Decreto nº 3360, Art.2º, de 27 de abril de 2015 e conforme o Decreto de n°. 4953 de 30 de novembro de 2023,
RESOLVE:
Art.1º Designar FABIANO VILLAR GOMEZ, CPF: 01187203769, para exercer a função de FISCAL DE CONTRATO, e como suplente MARIA LUCIA LOPES CARIDADE, CPF: 00641344740, da Secretaria Municipal de Administração e Suprimentos, referente a contratação da Empresa abaixo relacionada:
• ATA N° 25/2025 – MPJ DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA – CNPJ: 06.033.582/0001-99;
Art.2º Para Auxílio de suas funções o mesmo deverá observar atenciosamente o Manual do Fiscal de Contratos edição 2014, alterado pelo Decreto Nº 3496, de 23 e fevereiro de 2016.
Art.3º Esta portaria entra em vigor, com efeito retroativo a partir de 04 de julho de 2025.

PORTARIA ADM. N.º 0869 DE 11 DE JULHO DE 2025.
A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E SUPRIMENTOS, no uso de suas atribuições legais, nos termos da Delegação de competência no Decreto nº 3360, Art.2º, de 27 de abril de 2015 e conforme o Decreto de n°. 4953 de 30 de novembro de 2023,
RESOLVE:
Art.1º Designar LEONARDO MARTINS BARRAL, CPF: 13647281760, para exercer a função de FISCAL DE CONTRATO, e como suplente MARIA LUCIA LOPES CARIDADE, CPF: 00641344740, da Secretaria Municipal de Administração e Suprimentos, referente a contratação da Empresa abaixo relacionada:
• ATA N° 23/2025 – 2L COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA – CNPJ: 54.019.311/0001-21;
Art.2º Para Auxílio de suas funções o mesmo deverá observar atenciosamente o Manual do Fiscal de Contratos edição 2014, alterado pelo Decreto Nº 3496, de 23 e fevereiro de 2016.
Art.3º Esta portaria entra em vigor, com efeito retroativo a partir de 04 de julho de 2025.

PORTARIA ADM. N.º 0870 DE 11 DE JULHO DE 2025.
A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E SUPRIMENTOS, no uso de suas atribuições legais, nos termos da Delegação de competência no Decreto nº 3360, Art.2º, de 27 de abril de 2015 e conforme o Decreto de n°. 4953 de 30 de novembro de 2023,
RESOLVE:
Art.1º Designar DIEGO MERLY SANTIAGO, CPF: 16895840761, para exercer a função de FISCAL DE CONTRATO, da Secretaria Municipal de Administração, referente a contratação da Empresa: ATLANTICA COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA – CNPJ: 20.738.968/0001-27, oriunda do Processo Administrativo n°. 4470/2025, conforme procedimento licitatório: Contrato n° 37/2025, Ata de Registro n° 022/25, concernente a Licitação Pregão Eletrônico SRP n° 016/2024.
Art.2º Para Auxílio de suas funções o mesmo deverá observar atenciosamente o Manual do Fiscal de Contratos edição 2014, alterado pelo Decreto Nº 3496, de 23 e fevereiro de 2016.
Art.3º Esta portaria entra em vigor, com efeito retroativo a partir de 04 de julho de 2025.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.
Mangaratiba, 11 de julho de 2025.
Luciana Campos Pereira da Silva Santos
Secretária Municipal de Administração e Suprimentos
Portaria nº 2042/2025

ESTADO RIO DE JANEIRO
Prefeitura Municipal de Mangaratiba
Secretaria Municipal de Educação

PORTARIA SME Nº 28, DE 10 DE JULHO DE 2025.

DISPÕE SOBRE O CANCELAMENTO DAS MATRÍCULAS PARA OS CENTROS DE EDUCAÇÃO INFANTIL MUNICIPAL – CEIMS E CRECHES CONVENIADAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, no uso de sua competência e das atribuições legais que lhe são conferidas,

CONSIDERANDO O Edital nº 02/SMEEL/2024, que estabelece as diretrizes do processo de cadastro, atendimento e matrícula dos alunos da Educação Infantil Municipal para o ano letivo de 2025, nos Centros de Educação Infantil da Rede Municipal de Ensino de Mangaratiba e Creches conveniadas, em especial no item 11.1.

CONSIDERANDO no Edital nº 02/SMEEL/2024, o item 8.2,

RESOLVE:

Art. 1º - Fica cancelada a autorização das matrículas e as inscrições dos candidatos nos Centros de Educação Infantil Municipal – CEIMs e creches conveniadas que não efetuaram a mesma no período de **01 a 04 de julho de 2025.**

CRECHE PINGUINHO DE GENTE		
BERÇÁRIO B		
ORDEM	PROTOCOLO	CANDIDATO
1	2025001348	LUCCA DA ROCHA SILVA
2	2025001360	PEDRO DE CASTRO ROSA JOÃO
NÍVEL 1		
1	2025001380	BRYAN GABRIEL BEZERRA CHAPRÃO

CEIM FREI AFFONSO JORGE BRAGA		
BERÇÁRIO A		
ORDEM	PROTOCOLO	CANDIDATO
1	2025001208	BRENNO LUCCA SOARES
2	2025001211	SAMUEL MIGUEL LOPES CRISPIM

CENTRO EDUCACIONAL REBRAL		
NÍVEL 1		
ORDEM	PROTOCOLO	CANDIDATO
1	2025001346	RAVI FRAGA HENRIQUE
2	2025001374	ALLANA VICTORIA DA FONSECA NASCIMENTO

CEIM PROFESSORA MÁRCIA LAURENTINO F. MOREIRA		
BERÇÁRIO A		
ORDEM	PROTOCOLO	CANDIDATO
1	2025001286	LIZ HELLENA MARTINS OLIVEIRA

CEIM NORMA PINHEIRO CARDOSO		
BERÇÁRIO B		
ORDEM	PROTOCOLO	CANDIDATO
1	2025001173	HELOÍSA DE ALMEIDA MORAES

CEIM PROFª SÁRA CAMARA DA ROCHA		
BERÇÁRIO A		
ORDEM	PROTOCOLO	CANDIDATO
1	2025001294	DAFINE CORREIA DA SILVA OLIVEIRA
2	2025001336	MELINDA RODRIGUES DO NASCIMENTO
NÍVEL 1		
1	2023000031	GABRIEL DA CONCEIÇÃO MARQUES
NÍVEL 2		
1	2025001188	SAMUEL PEREIRA PESSANHA
2	2025001191	THEO SILVA ALVES
3	2025001243	TAYLA MARIA SILVA DOS SANTOS
4	2025001244	GABRIEL JOÃO SILVA DOS SANTOS

CEIM DENISE MENDES DE SOUZA MENDES		
BERÇÁRIO B		
ORDEM	PROTOCOLO	CANDIDATO
1	2024000889	ISAIAS SANTOS PACHECO

CEIM PROFESSORA CYBELE RÉA JANNUZZI RUZZI		
NÍVEL 1		
ORDEM	PROTOCOLO	CANDIDATO
1	2023000145	DOMINIC MARTINS VARELA DE OLIVEIRA
2	2023000294	BEATRIZ SOARES DA CONCEIÇÃO
3	2024000456	VICENTE COSTA CUNHA
4	2024000458	MAITÊ DE JESUS SANTOS
5	2024000496	MARIA ALICE SANTOS DE MELLO

NÍVEL 2		
1	2025001164	ARTHUR OLIVEIRA SIQUEIRA
2	2025001209	MIKAEL RICARDO FAGUNDES ROCHA
3	2025001270	BRENO DE SOUZA PESSOA

Art. 2º - Informar aos responsáveis dos candidatos listados acima que, para concorrer novamente à vaga, deverão realizar novo cadastro.

Artigo 3º Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Mangaratiba, 10 de julho de 2025

Renato Delmiro Cabral
Secretário Municipal de Educação
Pot. ADM nº 2044/2025

Estado do Rio de Janeiro
PREFEITURA MUNICIPAL DE MANGARATIBA
Secretaria Municipal de Saúde

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO

Secretaria Municipal de Saúde

Considerando os trabalhos desenvolvidos pela Subsecretaria Municipal de Suprimentos, bem como as manifestações em despachos exarados pela Procuradoria Municipal e pela Controladoria Geral do Município, e de acordo com a Lei Municipal N.° 41/2017, **HOMOLOGO** o Pregão Eletrônico SRP nº **018/2025**, Processo Administrativo nº **4246/2025**, visando **Registro de Preços para a Contratação de serviços de fornecimento de alimentação, compreendendo preparo, distribuição de alimentos, refeições e dietas, com cessão de uso de instalações e fornecimento de equipamentos destinada a pacientes internados, acompanhantes legalmente instituídos, funcionários do Hospital Municipal Victor de Souza Breves, pacientes do Centro de Atenção Psicossocial (CAPS), e Eventos da Secretaria de Saúde, nas quantidades e exigências estabelecidas neste instrumento,** em favor da empresa abaixo:

EMPRESA VENCEDORA	VALOR
GREENFOOD SERVICE LTDA- CNPJ: 32.302.944/0001-00	R$: 9.962.902,50

Perfazendo o valor total de : nove milhões novecentos e sessenta e dois mil novecentos e dois reais e cinquenta centavos.

Mangaratiba, 11 de julho de 2025.

Lucas da S. Venito
Secretário Municipal de Saúde
Port. Nº0018-03/01/2025

Lucas da Silva Venito
Portaria nº: 0018/2025
Secretário Municipal de Saúde

Estado do Rio de Janeiro
PREFEITURA MUNICIPAL DE MANGARATIBA
Secretaria Municipal de Administração e Suprimentos
Subsecretaria Municipal de Suprimentos

Processo nº 4246/2025
Fls. _____

Pregão Eletrônico SRP 018/2025

ATA DE REGISTRO DE PREÇO nº 029/2025

Secretaria Municipal de Saúde

PROCESSO Nº 4246/2025 PESRP: 018/2025.

OBJETO Registro de Preços para a Contratação de serviços de fornecimento de alimentação, compreendendo preparo, distribuição de alimentos, refeições e dietas, com cessão de uso de instalações e fornecimento de equipamentos destinada a pacientes internados, acompanhantes legalmente instituídos, funcionários do Hospital Municipal Victor de Souza Breves, pacientes do Centro de Atenção Psicossocial (CAPS), e Eventos da Secretaria de Saúde, nas quantidades e exigências estabelecidas neste instrumento.
Base Legal: Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021 e suas alterações, no Decreto n.º 11.462, de 31 de março de 2023 e no Decreto Municipal nº 4953 de 30 de novembro de 2023.

O MUNICÍPIO DE MANGARATIBA, Pessoa Jurídica de Direito Público Interno, com sede na Praça Robert Simões, nº. 92, Centro, Mangaratiba - RJ, inscrita no CNPJ/MF sob o nº. 29.138.310/0001-59, e neste ato representado pelo Ilmº. Secretário Municipal de Saúde , Srº Lucas da Silva Venito, Brasileiro, Servidor Público, Solteiro, portador da Cédula de identidade sob o número 31.360.188-2 emitido pelo DETRAN/RJ, CPF/MF 191.660.457-97, doravante designada simplesmente ORGÃO GERENCIADOR por intermédio da **Secretaria Municipal de Saúde** , considerando o julgamento da licitação na modalidade de pregão, na forma eletrônica, para REGISTRO DE PREÇOS nº 012/2025, processo administrativo n.º 2485/2025 , RESOLVE registrar os preços da empresa: **GREENFOOD SERVICE LTDA, CNPJ: 32.302.944/0001-00,** localizada à Rua Dr. Oliveira, 1133, Galpão 1, Barra do Imbuí- Teresópolis- RJ, Telefone: 21-2642-1174, endereço eletrônico: **greenfood2000@hotmail.com,** neste ato representada pela Sra. Alessandra da Cruz Ferreira, Brasileira, Nutricionista, Divorciada, inscrita no RG: 10623962-7 Detran-RJ, CPF: 045.483.047-54, indicada e qualificada nesta ATA, de acordo com a classificação por ela alcançada e nas quantidades cotadas, atendendo as condições previstas no Edital de licitação, sujeitando-se as partes às normas constantes na Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021 e suas alterações, no Decreto n.º 11.462, de 31 de março de 2023 e no Decreto Municipal nº 4953 de 30 de novembro de 2023, e em conformidade com as disposições a seguir:

Lucas da Silva Venito
Secretário Municipal de Saúde
Port. Nº 018-03/01/2025

Estado do Rio de Janeiro
PREFEITURA MUNICIPAL DE MANGARATIBA
Secretaria Municipal de Administração e Suprimentos
Subsecretaria Municipal de Suprimentos

Processo nº 4246/2025
Fls. _____

Pregão Eletrônico SRP 018/2025

1. DO OBJETO

A presente Ata tem por objeto o **Registro de Preços para a Contratação de serviços de fornecimento de alimentação, compreendendo preparo, distribuição de alimentos, refeições e dietas, com cessão de uso de instalações e fornecimento de equipamentos destinada a pacientes internados, acompanhantes legalmente instituídos, funcionários do Hospital Municipal Victor de Souza Breves, pacientes do Centro de Atenção Psicossocial (CAPS), e Eventos da Secretaria de Saúde, nas quantidades e exigências estabelecidas neste instrumento.**

2. DOS PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS

2.1. O preço registrado, as especificações do objeto, as quantidades mínimas e máximas de cada item, fornecedor e as demais condições ofertadas na proposta são as que seguem:

ITEM	DESCRIÇÃO DO OBJETO	UND	QTD	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1	**Contratação de serviços de fornecimento de alimentação, compreendendo preparo, distribuição de alimentos, refeições e dietas, com cessão de uso de instalações e fornecimento de equipamentos destinada a pacientes internados, acompanhantes legalmente instituídos, funcionários do Hospital Municipal Victor de Souza Breves, pacientes do Centro de Atenção Psicossocial (CAPS), e Eventos da Secretaria de Saúde, nas quantidades e exigências estabelecidas neste instrumento. 4.2.1. ITEM 01 (HOSPITAL MUNICIPAL VICTOR DE SOUZA BREVES) 4.2.1.1. COLETIVIDADE ENFERMA - PACIENTES (DIETA BRANDA) QUANTIDADE MENSAL DESCRIÇÃO 24.090 Desjejum 24.090 Colação 24.090 Almoço 24.090 Lanche da Tarde 24.090 Jantar 24.090 Ceia 4.2.1.2. COLETIVIDADE ENFERMA - PACIENTES (DIETA LIQUIDA) QUANTIDADE MENSAL DESCRIÇÃO 4.015 Desjejum 4.015 Colação 4.015 Almoço 4.015 Lanche da Tarde 4.015 Jantar 4.015 Ceia (...)**	**SV**	**1**	R$ 7.987.039,50	R$ 7.987.039,50
2	**Contratação de serviços de fornecimento de alimentação, compreendendo preparo, distribuição de alimentos, refeições e dietas, com cessão de uso de instalações e fornecimento de equipamentos destinada a pacientes internados, acompanhantes legalmente instituídos, funcionários do Hospital Municipal Victor de Souza Breves, pacientes do Centro de Atenção Psicossocial (CAPS), e Eventos da Secretaria de Saúde, nas quantidades e exigências estabelecidas neste instrumento. ITEM 02 (ALIMENTAÇÃO DOS PACIENTES E FUNCIONÁRIOS DO CAPS) QUANTIDADE DESCRIÇÃO 14.850 Desjejum**	**SV**	**1**	R$ 647.163,00	R$ 647.163,00

Lucas da Silveira Nascimento
Secretário Municipal de Saúde
Port. Nº 0018-03/01/2025

Estado do Rio de Janeiro
PREFEITURA MUNICIPAL DE MANGARATIBA
Secretaria Municipal de Administração e Suprimentos
Subsecretaria Municipal de Suprimentos

Processo n° 4246/2025
Fls. _____

Pregão Eletrônico SRP 018/2025

	14.850 Colação **14.850 Lanche da Tarde**				
3	**Contratação de serviços de fornecimento de alimentação, compreendendo preparo, distribuição de alimentos, refeições e dietas, com cessão de uso de instalações e fornecimento de equipamentos destinada a pacientes internados, acompanhantes legalmente instituídos, funcionários do Hospital Municipal Victor de Souza Breves, pacientes do Centro de Atenção Psicossocial (CAPS), e Eventos da Secretaria de Saúde, nas quantidades e exigências estabelecidas neste instrumento. ITEM 03 (KIT LANCHE PARA CAMPANHA DE VACINAÇÃO DESTA SECRETARIA). QUANTIDADE DESCRIÇÃO 5.000 KIT LANCHE PARA EVENTOS DIVERSOS DESTA SECRETARIA DE SAUDE**	**SV**	**1**	R$ 79.200,00	R$ 79.200,00
4	**Contratação de serviços de fornecimento de alimentação, compreendendo preparo, distribuição de alimentos, refeições e dietas, com cessão de uso de instalações e fornecimento de equipamentos destinada a pacientes internados, acompanhantes legalmente instituídos, funcionários do Hospital Municipal Victor de Souza Breves, pacientes do Centro de Atenção Psicossocial (CAPS), e Eventos da Secretaria de Saúde, nas quantidades e exigências estabelecidas neste instrumento. Item 04 (COFFE BREAK PARA EVENTOS DIVERSOS DESTA SECRETARIA) QUANTIDADE DESCRIÇÃO 10.000 COFFE BREAK EVENTOS DIVERSOS DESTA SECRETARIA**	**SV**	**1**	R$ 619.500,00	R$ 619.500,00
5	**Contratação de serviços de fornecimento de alimentação, compreendendo preparo, distribuição de alimentos, refeições e dietas, com cessão de uso de instalações e fornecimento de equipamentos destinada a pacientes internados, acompanhantes legalmente instituídos, funcionários do Hospital Municipal Victor de Souza Breves, pacientes do Centro de Atenção Psicossocial (CAPS), e Eventos da Secretaria de Saúde, nas quantidades e exigências estabelecidas neste instrumento. Item 05 (DOSE DE CAFÉ PARA AS UNIDADES DESTA SECRETARIA) QUANTIDADE DESCRIÇÃO 300.000 DOSE DE CAFÉ PARA AS UNIDADES DESTA SECRETARIA**	**SV**	**1**	R$ 630.000,00	R$ 630.000,00
VALOR TOTAL					**R$ 9.962.902,50**

Perfazendo o valor total de nove milhões novecentos e sessenta e dois mil novecentos e dois reais e cinquenta centavos.

PLANILHA DETALHADA

ITEM 01

FUNCIONÁRIO E ACOMPANHANTES

ITEM	QTD	VLR UNIT	VLR TOTAL
CAFÉ DA MANHÃ	64240	R$ 8,90	R$ 571.736,00
ALMOÇO	64240	R$ 29,70	R$ 1.907.928,00
CAFÉ DA TARDE	64240	R$ 8,90	R$ 571.736,00
JANTAR	64240	R$ 29,70	R$ 1.907.928,00
CEIA	64240	R$ 6,95	R$ 446.468,00
		TOTAL	R$ 5.405.796,00

CAFÉ DA MANHA

BRANDA	24090	R$ 8,30	R$ 199.947,00

Lucas da S. Vento
Secretário Municipal de Saúde
Port. Nº 0018-03/01/2025

Estado do Rio de Janeiro
PREFEITURA MUNICIPAL DE MANGARATIBA
Secretaria Municipal de Administração e Suprimentos
Subsecretaria Municipal de Suprimentos

Processo n° 4246/2025
Fls. _____

Pregão Eletrônico SRP 018/2025

PASTOSA	4015	R$ 6,50	R$ 26.097,50
SEMILIQUIDA	4015	R$ 6,50	R$ 26.097,50
LÍQUIDA	4015	R$ 6,50	R$ 26.097,50
		TOTAL	R$ 278.239,50

COLAÇÃO

BRANDA	24090	R$ 4,30	R$ 103.587,00
PASTOSA	4015	R$ 4,30	R$ 17.264,50
SEMILIQUIDA	4015	R$ 4,30	R$ 17.264,50
LÍQUIDA	4015	R$ 4,30	R$ 17.264,50
		TOTAL	R$ 155.380,50

AMOÇO

BRANDA	24090	R$ 23,50	R$ 566.115,00
PASTOSA	4015	R$ 18,00	R$ 72.270,00
SEMILIQUIDA	4015	R$ 18,00	R$ 72.270,00
LÍQUIDA	4015	R$ 18,00	R$ 72.270,00
		TOTAL	R$ 782.925,00

LANCHE DA TARDE

BRANDA	24090	R$ 8,30	R$ 199.947,00
PASTOSA	4015	R$ 6,50	R$ 26.097,50
SEMILIQUIDA	4015	R$ 6,50	R$ 26.097,50
LÍQUIDA	4015	R$ 6,50	R$ 26.097,50
		TOTAL	R$ 278.239,50

JANTAR

BRANDA	24090	R$ 23,50	R$ 566.115,00
PASTOSA	4015	R$ 18,00	R$ 72.270,00
SEMILIQUIDA	4015	R$ 18,00	R$ 72.270,00
LÍQUIDA	4015	R$ 18,00	R$ 72.270,00
		TOTAL	R$ 782.925,00

CEIA

BRANDA	24090	R$ 6,50	R$ 156.585,00
PASTOSA	4015	R$ 6,00	R$ 24.090,00
SEMILIQUIDA	4015	R$ 6,00	R$ 24.090,00
LÍQUIDA	4015	R$ 6,00	R$ 24.090,00
		TOTAL	R$ 228.855,00

NUTREN E NAN

NUTREN	8030	R$ 6,20	R$ 49.786,00
NAN	4015	R$ 6,20	R$ 24.893,00
		TOTAL	R$ 74.679,00

Lucas da S. Vem
Secretário Municipal de Sa
Port. N°0018-03/01/20

Estado do Rio de Janeiro
PREFEITURA MUNICIPAL DE MANGARATIBA
Secretaria Municipal de Administração e Suprimentos
Subsecretaria Municipal de Suprimentos

Processo nº 4246/2025
Fls. _____

Pregão Eletrônico SRP 018/2025

TOTAL GERAL	R$	7.987.039,50

ITEM 2

CAPS

ITEM	QTD	VLR UNIT	VLR TOTAL
CAFÉ DA MANHÃ	14850	R$ 7,79	R$ 115.681,50
ALMOÇO	14850	R$ 28,00	R$ 415.800,00
CAFÉ DA TARDE	14850	R$ 7,79	R$ 115.681,50
		TOTAL	R$ 647.163,00

TOTAL GERAL	R$	647.163,00

ITEM 3

KIT LANCHE

ITEM	QTD	VLR UNIT	VLR TOTAL
KIT LANCHE PARA CAMPANHA DE VACINAÇÃO	5000	R$ 15,84	R$ 79.200,00
		TOTAL	R$ 79.200,00

ITEM 4

COFFE BREAK PARA EVENTOS DIVERSOS

ITEM	QTD	VLR UNIT	VLR TOTAL
COFFE BREAK PARA EVENTOS DIVERSOS	10000	R$ 61,95	R$ 619.500,00
		TOTAL	R$ 619.500,00

ITEM 5

DOSE DE CAFÉ

ITEM	QTD	VLR UNIT	VLR TOTAL
DOSE DE CAFÉ	300000	R$ 2,10	R$ 630.000,00
		TOTAL	R$ 630.000,00

3. DO FORNECIMENTO DO SERVIÇO

3.1 Os serviços prestados deverá estar de acordo com o estipulado no item 5 do Termo de Referência, Anexo I do Edital.

4. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

4 .1. A CONTRATADA obriga-se a:

4.1.1. Executar os serviços conforme especificações do Termo de Referência e de sua proposta, com os recursos necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas contratuais;

4.1.2. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, os serviços efetuados em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados, a critério da Administração;

Lucas da S. Ven
Secretário Municipal de S
Port. Nº 0018-03/01/

4.1.3. Fornecer os materiais, equipamentos e utensílios necessários, na qualidade e quantidade especificadas, nos termos de sua proposta, sem qualquer ônus para a CONTRATANTE;

4.1.4. Arcar com a responsabilidade civil por todos e quaisquer danos materiais e morais causados pela ação ou omissão de seus empregados, trabalhadores, prepostos ou representantes, dolosa ou culposamente, ao Município de Mangaratiba ou a terceiros;

4.1.5. Utilizar empregados habilitados e com conhecimentos básicos dos serviços a serem executados, de conformidade com as normas e determinações em vigor;

4.1.6. Apresentar à CONTRATANTE, quando for o caso, a relação nominal dos empregados que adentrarão o órgão para a execução do serviço, os quais devem estar devidamente identificados por meio de crachá;

4.1.7. Responsabilizar-se por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas na legislação específica, cuja inadimplência não transfere responsabilidade à Administração;

4.1.8. Instruir seus empregados quanto à necessidade de acatar as orientações da Administração da CONTRATANTE, inclusive quanto ao cumprimento das Normas Internas, quando for o caso;

4.1.9. Relatar à Administração toda e qualquer irregularidade verificada no decorrer da prestação dos serviços;

4.**1.10**. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos; nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre;

4.1.11. Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

4.1.12. Não transferir a terceiros, por qualquer forma, nem mesmo parcialmente, as obrigações assumidas, nem subcontratar qualquer das prestações a que está obrigada, exceto nas condições autorizadas no Termo de Referência ou na minuta de contrato;

4.1.13. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento ao objeto da licitação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados nos art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

4.1.14. Efetuar a entrega dos produtos em perfeitas condições para o consumo humano, devendo ser selecionados, embalados nas quantidades, especificações e prazos solicitados, seguindo as Normas Higiênico Sanitárias e de Boas Práticas de Elaboração.

4.1.15. Efetuar o transporte dos gêneros alimentícios em veículo com condições adequadas e específicas para cada tipo, de acordo com Termo de Referência.

Lucas dos S. Vent
Secretário Municipal de Se
Port. Nº 0018-03/01/2

4.1.16. Atender prontamente a quaisquer exigências da CONTRATANTE, inerentes ao objeto da presente licitação;

4.1.17. Comunicar à Administração DA CONTRATANTE, no prazo máximo de 72 (setenta e duas) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

4.1.18. Manter o pessoal em condições de saúde compatível com suas atividades, realizando às suas expensas, exames periódicos de saúde, inclusive exames específicos de acordo com a Legislação vigente.

4.1.19. Informar por escrito e previamente ao CONTRATANTE, quando da troca de Nutricionistas, com ciência do CONTRATANTE.

4.1.20. Responsabilizar-se pela qualidade dos alimentos fornecidos, inclusive perante as autoridades sanitárias competentes. Sempre que houver suspeita de deterioração ou contaminação dos alimentos in natura ou preparados, os mesmos deverão ser suspensos do consumo e substituídos prontamente sem ônus ao CONTRATANTE e encaminhados para análise microbiológica.

4.1.21. Solicitar por escrito e com justificativas, alteração de cardápio já aprovado, e só efetuar esta alteração caso a mesma seja aprovada pelo CONTRATANTE.

4.1.22. Aceitar a solicitação do CONTRATANTE de alterar o cardápio já aprovado com as devidas justificativas, até 48h antes do preparo.

4.1.23. Apresentar a listagem de seus fornecedores, marcas e/ou fichas técnicas e/ou amostras dos produtos utilizados quando solicitados para análise técnica e sensorial pela Unidade de Nutrição do CONTRATANTE.

4.1.24. Responsabilizar-se pelo abastecimento de água potável necessária ao preparo de refeições e higienização em geral, em caso de falta da mesma na rede pública de abastecimento, sem qualquer ônus para o CONTRATANTE.

4.1.25. Elaborar pesquisas semanais de satisfação dos usuários (pacientes, acompanhantes, alunos e residentes).

4.1.26. Responsabilizar-se pelo controle de qualidade de seus estoques, observando prazos de validade, comprometendo-se a não utilizar nenhum produto fora do prazo de validade indicado, ou com alterações de características, ainda que dentro da validade.

4.1.27. Preparar as refeições sem corantes ou quaisquer produtos químicos.

4.1.28. Remover para locais apropriados ou indicados pelo CONTRATANTE, os resíduos ou sobras de mercadorias, materiais, alimentos e outros, devidamente embalados de acordo com as normas sanitárias vigentes.

4.1.29. Respeitar os horários de entrega pactuados no início da execução do contrato.

Lucas da S. Vento
Secretário Municipal de Saúde
Port. N°0046 03/01/2025

4.1.30. Manter os registros das medições realizadas em todo o processo de operacionalização dos alimentos (controle de temperatura) em planilhas próprias para apresentação, mediante solicitação da CONTRATANTE

4.1.31. Elaborar relatório diário informando o quantitativo total de refeições fornecidas. Este relatório após aprovação da CONTRATANTE deverá ser emitido em 02 (duas) vias, conferidas e assinadas pelos responsáveis da CONTRATADA e CONTRATANTE. Uma das vias deverá ficar com o responsável pela CONTRATANTE.

4.1.32. Manter planejamento de esquemas alternativos de trabalho ou planos de contingência para situações emergenciais, tais como: falta d'água, energia elétrica, gás, vapor, quebra de equipamentos, greves e outros, assegurando a continuidade dos serviços estabelecidos no presente Termo de Referência.

4.1.33. Garantir a qualquer momento, o acesso dos Nutricionistas do CONTRATANTE, devidamente paramentados, às áreas físicas (estoque, produção e dispensação de alimentos) da CONTRATADA para acompanhar os procedimentos adotados no recebimento e armazenamento de gêneros, pré-preparo, produção e transporte de refeições.

4.1.34. Corrigir prontamente os problemas apresentados pela fiscalização do CONTRATANTE, sob pena de aplicação de multas e demais penalidades previstas no edital, os casos não previstos considerados imprescindíveis para a perfeita execução do contrato, deverão ser resolvidos entre a Unidade de Nutrição do CONTRATANTE e da CONTRATADA.

4.1.35. Utilizar somente gêneros alimentícios, materiais, utensílios e outros de primeira qualidade, em bom estado de conservação e livres de contaminação.

4.1.36. Credenciar, por escrito, junto à CONTRATANTE, um preposto com experiência na área e com poderes para representa-lo em tudo se refira à execução dos serviços, inclusive a supervisão. Em caso de eventual substituição do preposto, a CONTRATADA deverá comunicar previamente esse fato ao fiscal do contrato.

4.1.37. Atender a Legislação vigente do Ministério da Saúde (ANVISA), Ministério do Trabalho e do Conselho Federal/Regional de Nutricionistas, aplicável para este Contrato, garantindo assim a sua plena execução.

4.1.38. Arcar com a responsabilidade técnica da parte de Produção e transporte de refeições, desde a compra dos gêneros até a sua entrega aos comensais e, toda e qualquer atividade operacional inerente ao objeto do contrato. Ao CONTRATANTE compete a responsabilidade técnica da área de nutrição clínica e fiscalização do contrato.

4.1.39. Responsabilizar-se pela mão de obra capacitada, matéria prima (gêneros alimentícios), aquisição e armazenamento de gêneros alimentícios (perecíveis e não perecíveis), material descartável; pré-preparo, preparo e transporte de todas as refeições necessárias ao atendimento às necessidades clínicas do comensal enfermo (pacientes), ou sadio (acompanhantes e funcionários).

Lucas da S. Vemto
Secretário Municipal de Saúde
Port. N°0078-03/01/2025

4.1.40. Providenciar, com antecedência mínima de 60 (sessenta) dias do término do contrato, a contagem e verificação dos utensílios, equipamentos e mobiliário, na presença de representante da CONTRATANTE, bem como avaliação das condições dos mesmos e das instalações, e promover os reparos necessários, antes do término da vigência do contrato.

4.1.41. Comunicar ao CONTRATANTE, sempre que ocorrerem quaisquer mudanças no Contrato Social da Empresa, após a assinatura deste Contrato, devendo encaminhar através de Ofício, cópia autenticada do instrumento de alteração, devidamente protocolado pelo órgão fiscalizador competente.

4.1.42. É vedado comercializar qualquer produto ou serviço estranho à finalidade licitada, em especial bebidas alcoólicas e cigarros;

4.1.43. É vedada a divulgação de propagandas político-partidárias e congêneres, veiculação de anúncios e/ou textos discriminatórios, demais vedações legais e regulamentares e ainda propaganda de produtos diversos.

4.1.44. Responsabilizar-se-á única, integral e exclusivamente pelo bom estado e boa qualidade dos alimentos, refeições e lanches servidos, respondendo perante a Administração do CONTRATANTE, inclusive órgão do poder público, por ocorrência de qualquer alimento, condimento e/ou ingredientes contaminados, deteriorados ou de qualquer forma incorreta e/ou inadequados para os fins previstos no presente contrato.

4.1.45. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, de acordo com os artigos 14 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei n° 8.078, de 1990), ficando a CONTRATANTE autorizada a descontar da garantia, caso exigido no edital, ou dos pagamentos devidos à CONTRATADA, o valor correspondente aos danos sofridos;

5. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

5.1. A CONTRATANTE obriga-se a:

5.1.1. Proporcionar todas as condições para que a CONTRATADA possa desempenhar seus serviços de acordo com as determinações do Contrato, do Edital e seus Anexos, especialmente do Termo de Referência;

5.1.2. Disponibilizar para a CONTRATADA as dependências e instalações físicas destinadas a regeneração das refeições principais;

5.1.3. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela CONTRATADA, de acordo com as cláusulas contratuais e os termos de sua proposta;

5.1.4. Exercer o acompanhamento e a fiscalização dos serviços, por servidor especialmente designado, anotando em registro próprio as falhas detectadas, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos empregados eventualmente envolvidos, e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis;

Lucas da S. Vento
Secretário Municipal de Saúde
Port. N°0018 - 03/01/2025

5.1.5. Notificar a CONTRATADA por escrito da ocorrência de eventuais imperfeições no curso da execução dos serviços, fixando prazo para a sua correção;

5.1.6. Pagar à CONTRATADA o valor resultante da prestação do serviço, na forma do contrato;

5.1.7. Zelar para que durante toda a vigência do contrato sejam mantidas, em compatibilidade com as obrigações assumidas pela CONTRATADA, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

5.1.8. Verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade dos bens recebidos provisoriamente com as especificações constantes do Edital e da proposta, para fins de aceitação e recebimento definitivos;

5.1.9. Verificar o cumprimento dos horários estabelecidos, as quantidades de refeições e materiais descartáveis previstos, a compatibilidade com o cardápio estabelecido, registrando eventuais ocorrências;

5.1.10. Examinar a qualidade dos gêneros alimentícios, solicitando a substituição imediata de gêneros e/ou alimentos que apresentarem condições impróprias ao consumo;

5.1.11. Verificar as condições de higiene e de conservação das dependências, equipamentos e utensílios e veículos utilizados para o transporte dos gêneros alimentícios.

5.1.12. Fica sob responsabilidade da CONTRATADA, o abastecimento de gás de cozinha.

6. DO PRAZO DE VIGÊNCIA E INICIO DA EXECUÇÃO DO SERVIÇO

6.1 prazo de vigência será de 12(doze) meses contados a partir da assinatura do instrumento contratual.

6.2 A eventual prorrogação somente será admitida nas condições estabelecidas no art.107 da Lei.14.133/2021.

6.3 O início para a execução do serviço será de 15 dias após a assinatura do contrato

6.4 O prazo de vigência da Ata de Registro de Preços e/ou do Instrumento Contratual será de 12(doze) meses, podendo ser prorrogado por igual período, desde que os preços estejam compatíveis aos praticados no mercado;

6.5 De acordo com o Artigo 86 da Lei 14.133/21, os órgãos e entidades poderão aderir a Ata de Registro de Preços, desde que sejam observados os requisitos constantes na referida Lei;

7 DO REAJUSTE

7.1 Os preços inicialmente contratados serão reajustados anualmente, a contar da data da assinatura do contrato, de acordo com a variação do IPCA- Índice Nacional de Preços ao

Lucas da Silveira
Secretário Municipal de Saúde
Port. Nº 0018-03/01/2025

Consumidor.

8. CONTROLE E FISCALIZAÇÃO DA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS:

8.1. O acompanhamento e a fiscalização do cumprimento do contrato consistem na verificação da conformidade da prestação dos serviços e da alocação dos recursos necessários, de modo a assegurar o perfeito cumprimento do contrato, devendo ser exercidos por um ou mais representantes da CONTRATANTE, especialmente designados.

8.2. Fiscal técnico do contrato – empregado em exercício com conhecimento técnico do assunto, designado formalmente por meio de portaria pelo CONTRATANTE, para ser encarregado pelo acompanhamento da execução do contrato, avaliação dos níveis de serviço, pelo ateste da nota fiscal, bem como pela conferência do fornecimento prestado pela CONTRATADA, desde o início até o térmico das obrigações contratuais e encaminhamento de toda documentação ao Gestor do contrato.

8.3. Gestor do contrato – autoridade competente responsável por conhecer, fiscalizar e controlar a execução do contrato, juntamente com o fiscal do contrato, exercendo guarda, controle e organização dos documentos; acompanhamento burocrático; controle de prazos; resolução dos incidentes fora da alçada do fiscal, consolidação das avaliações feitas pelo fiscal, com vistas ao perfeito cumprimento do contrato.

8.4. A verificação da adequação da prestação do serviço deverá ser realizada com base nos critérios previstos nesse termo de referência, incluindo:

8.5. Avaliação do cumprimento das condições de entrega estabelecida, as quantidades de refeições e descartáveis previstos, a compatibilidade com o cardápio estabelecido, registrando eventuais ocorrências;

8.6. Conferência do quantitativo de refeições fornecidas, mantendo o registro por tipo de refeição servida;

8.7. Avaliação das características organolépticas das refeições (cor, odor, textura, sabor), que a juízo da fiscalização poderá ser refeito ou não aceito, quando constatado que o produto final não é próprio para o consumo;

8.8. Solicitar à CONTRATADA a substituição de qualquer material ou equipamento de cujo uso seja considerado prejudicial à boa conservação de seus pertences, equipamentos ou instalações, ou ainda, que comprovadamente não atendam às necessidades.

8.9. Se constatada pela fiscalização o não atendimento das determinações quanto a regular execução dos serviços, dentro do prazo de 48 (quarenta e oito) horas, contados do recebimento da notificação, a CONTRATANTE poderá ordenar a suspensão dos serviços, sem prejuízos das penalidades a que a empresa prestadora dos serviços esteja sujeita;

8.10. Fica reservado ao CONTRATANTE o direito de acompanhamento in loco nas áreas (cozinha), para supervisão, sempre que julgar necessário;

8.11. A fiscalização do CONTRATANTE terá, a qualquer tempo, acesso a todas as dependências dos serviços, podendo examinar a qualidade dos gêneros alimentícios, solicitando a substituição imediata de gêneros e/ou alimentos que apresentem condições impróprias; verificar as condições de higiene e de conservação das dependências, equipamentos, utensílios e veículos utilizados para o transporte dos alimentos; solicitar documentos necessários ao cumprimento da prestação do serviço de fornecimento de refeições.

8.12. O representante da CONTRATANTE deverá atestar os documentos de despesa, quando comprovada a fiel e correta execução do serviço para fins de pagamento.

8.13. O descumprimento total ou parcial das demais obrigações e responsabilidades assumidas pela CONTRATADA ensejará a aplicação de sanções administrativas previstas no termo de referência e na legislação vigente, podendo culminar em rescisão contratual.

8.14. A fiscalização não exclui nem reduz a responsabilidade da CONTRATADA, inclusive perante a terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios ou defeitos ou emprego de material de qualidade inferior, e na ocorrência de irregularidades, não Implica corresponsabilidade da CONTRATANTE nem de seus agentes e prepostos, em conformidade com a lei 14.133/2021.

9. DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

9.1 O pagamento será realizado mensalmente em até 30 (trinta) dias corridos após a entrega da Nota Fiscal.

9.2. Os pagamentos serão efetuados, obrigatoriamente, por meio de crédito em conta corrente, cujo número e agência deverão ser informados pelo adjudicatário até a assinatura do contrato.

9.3. O pagamento será realizado mediante apresentação da Nota Fiscal no Setor de Protocolo da Prefeitura de Mangaratiba, situado na Nilo Peçanha, 85, Centro, Mangaratiba acompanhada das certidões de regularidade fiscal e trabalhista da contratada e demais documentos que vierem a ser exigidos pelo órgão de Controle Municipal, devidamente atestada pelos servidores designados pelos respectivo fiscais.

9.4. A Contratante reserva-se o direito de reter o pagamento de valores para satisfação de penalidades pecuniárias aplicadas ao fornecedor e para ressarcir danos a terceiros.

9.5. Para receber seus créditos a contratada deverá comprovar as regularidades fiscal e

Lucas da S. Vento
Secretário Municipal de Saúde
Port. Nº 0018-03/01/2025

trabalhista que lhe foram exigidas quando da habilitação.

9.6. O prazo de pagamento da Nota Fiscal será de até 30 (trinta) dias a partir da data final do período de adimplemento e mediante sua apresentação juntamente com os demais documentos mencionados no **Subitem 9.3**, ao Protocolo Geral Municipal.

9.7. Em caso de devolução da Nota Fiscal/Fatura para correção, o prazo de pagamento passará a fluir após a sua reapresentação. A Nota Fiscal/Fatura deverá ser emitida pela própria contratada, obrigatoriamente com o número de inscrição no CNPJ apresentado nos documentos de habilitação e das propostas de preços, bem como, da Nota de Empenho, não se admitindo notas fiscais/faturas emitidas com outro CNPJ.

9.8. No caso de a CONTRATADA estar estabelecida em localidade que não possua agência da instituição financeira contratada pelo Município ou caso verificada pelo CONTRATANTE a impossibilidade de a CONTRATADA, em razão de negativa expressa da instituição financeira contratada pelo Município, abrir ou manter conta corrente naquela instituição financeira, o pagamento poderá ser feito mediante crédito em conta corrente de outra instituição financeira. Nesse caso, eventuais ônus financeiros e/ou contratuais adicionais serão suportados exclusivamente pela CONTRATADA.

9.9. A nota fiscal, isenta de erros, deverá ser previamente atestada pelo Fiscal do Contrato e servidor designado pelo ordenador de despesas.

9.10. Caso se faça necessária a reapresentação de qualquer fatura por culpa do contratado, o prazo de 30 (trinta) dias ficará suspenso, prosseguindo a sua contagem a partir da data da respectiva reapresentação.

9.11. Os pagamentos eventualmente realizados com atraso, desde que não decorram de ato ou fato atribuível à CONTRATADA, sofrerão a incidência de atualização financeira pelo IPCA e juros moratórios de 0,5% ao mês, calculado *pro rata die*, e aqueles pagos em prazo inferior ao estabelecido neste edital serão feitos mediante desconto de 0,5% ao mês *pro rata die*.

9.12. Considera-se adimplemento o cumprimento da prestação com a entrega do objeto, devidamente atestada pelo(s) agente(s) competente(s).

9.13. Liquidação

9.13.1. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de dez dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período, nos termos do art. 7º, §3º da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77/2022

9.13.2. O prazo de que trata o item anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, no caso de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021.

9.13.3. Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

- O prazo de validade;
- A data da emissão;
- Os dados do contrato e do órgão contratante;
- O período respectivo de execução do contrato;
- O valor a pagar; e
- Eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

9.13.4. Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao contratante;

9.13.5. A nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente deverá ser obrigatoriamente acompanhado da comprovação da regularidade fiscal. A Administração deverá realizar verificação da manutenção das condições de habilitação exigidas no edital.

9.13.6. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

9.13.7. Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa.

9.13.8. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o contratado não regularize sua situação.

10 DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES

10.1. Constitui infração administrativa, a prática, pelo licitante ou contratado, das seguintes condutas previstas no art. 155 da Lei nº 14.133/2021:

10.1.1. Dar causa à inexecução parcial do contrato;

10.1.2. Dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

10.1.3. Dar causa à inexecução total do contrato;

10.1.4. Deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo Agente de Contratação durante o certame;

Lucas da S. Vieira
Secretário Municipal de Saúde
Port. Nº 0018-03/01/2025

10.1.5. Não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, em especial quando:

10.1.5.1. Não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;

10.1.5.2. Recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;

10.1.5.3. Pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva;

10.1.5.4. Não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

10.1.5.5. Recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração;

10.1.5.6. Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;

10.1.5.7. Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante o certame ou a execução do contrato;

10.1.5.8. Fraudar o certame ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;

10.1.6. Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:

10.1.6.1. Agir em conluio ou em desconformidade com a lei;

10.1.6.2. Induzir deliberadamente a erro no julgamento;

10.1.6.3. Apresentar amostra falsificada ou deteriorada;

10.1.6.4. Apresentar declaração falsa quanto às condições de participação ou quanto ao enquadramento como ME/EPP;

10.1.7. Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos do certame;

10.1.8. Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

10.2. O licitante ou contratado que cometer qualquer das condutas discriminadas nos subitens anteriores ficará sujeito, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:

10.2.1. Advertência, prevista no art. 156, I, § 2º, da Lei nº 14.133/2021, pela infração descrita no item **10.1.1**, de menor potencial ofensivo, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave.

10.2.2. Multa administrativa, prevista no art. 156, II, § 3º, da Lei nº 14.133/2021, pela infração dos subitens **10.1.1 a 10.1.5**, que não poderá ser inferior a 0,5% (cinco décimos por cento) nem superior a 30% (trinta por cento) do valor do Contrato, devendo ser observados os seguintes parâmetros:

a) multa de 0,5% a 1,5%, nos casos da infração prevista no subitem **10.1.1,** incidente sobre o valor anual do Contrato;

Lucas da S. [illegible]
Secretário Municipal de Saúde
Port. Nº 0016-03/01/2025

b) multa de 0,5% a 15%, nos casos das infrações previstas nos subitens **10.1.2 a 10.1.5**, incidente sobre o valor anual do Contrato;

c) multa de 5% a 30%, nos casos das infrações previstas nos subitens **10.1.8 a 10.1.8**, incidente sobre o valor anual do Contrato;

10.2.2.1. Na hipótese de a infração ser cometida antes da celebração do contrato, a base de cálculo da multa do item **10.2.2** será o valor anual estimado da contratação.

10.2.2.2. Em caso de reincidência, o valor total das multas administrativas aplicadas não poderá exceder o limite de 30% (trinta por cento) sobre o valor total do Contrato.

10.2.2.3. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor de pagamento eventualmente devido pela Administração ao contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente, na forma do art. 156, § 8º, da Lei nº 14.133/2021, e conforme o procedimento previsto no item 15.13.

10.2.2.4. A penalidade de multa pode ser aplicada cumulativamente com as demais sanções, na forma do art. 156, § 7º, da Lei nº 14.133/2021.

10.2.3. Impedimento de licitar e contratar, prevista no art. 156, III, § 4º, da Lei nº 14.133/2021, nos casos relacionados nos subitens **10.1.2 a 10.1.7**, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do Município, pelo prazo máximo de 3 (três) anos;

10.2.4. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, prevista no art. 156, IV, § 5º, da Lei nº 14.133/2021, nos casos relacionados nos subitens **10.1.5 a 10.1.8**, bem como nos demais casos que justifiquem a imposição da penalidade mais grave, que impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos.

10.3. Sem prejuízo da multa administrativa prevista no art. 156, II, § 3º, da Lei nº 14.133/2021, o atraso injustificado no cumprimento das obrigações contratuais sujeitará o contratado, independente de notificação, na forma do art. 408 do Código Civil, à multa de mora no percentual de 1% (um por cento) por dia útil que exceder o prazo estipulado, a incidir sobre o valor da nota de empenho ou do saldo não atendido, respeitado o limite de 30% (trinta por cento) do valor do Contrato.

10.3.1. Em caso de atraso injustificado para apresentação, suplementação ou reposição da garantia, a multa de mora será de 0,07% (sete centésimos por cento) sobre o valor total do Contrato por dia útil que exceder o prazo estipulado até o máximo de 2% (dois por cento)

10.3.2. O atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias no cumprimento da obrigação prevista no item **10.3.1** autoriza a Administração a promover a rescisão contratual por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas.

10.3.3. A aplicação de multa de mora não impedirá que a Administração a converta em compensatória e promova a extinção unilateral do Contrato com a aplicação cumulada de outras sanções previstas no Contrato.

10.4. No caso de inexecução total ou parcial do objeto, que acarrete a rescisão do Contrato, será automaticamente devida multa compensatória no valor de 5% do valor do Contrato.

10.4.1. A multa compensatória, isoladamente aplicada ou quando somada ao valor da multa moratória convertida, não poderá exceder o limite previsto no art. 412 do Código Civil, ou seja, o valor da obrigação principal.

10.5. Na aplicação das sanções serão considerados os seguintes requisitos, previstos no art. 156, § 1º, incisos I a V, da Lei nº 14.133/2021:

10.5.1. A natureza e a gravidade da infração cometida;

10.5.2. As peculiaridades do caso concreto;

10.5.3. As circunstâncias agravantes ou atenuantes, observadas aquelas previstas nos arts. 71 e 72 da Lei nº 5.427, de 1º de abril de 2009;

10.5.4. Os danos que dela provierem para a Administração Pública;

10.5.5. A implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

10.6. A imposição das penalidades é de competência exclusiva do órgão ou entidade contratante, sendo competentes para sua aplicação:

a) as sanções previstas nos itens **10.2.1, 10.2.2 e 10.2.3** serão impostas pelo Ordenador de Despesa;

b) a aplicação da sanção prevista no item **10.2.4**, na forma do art. 156, § 6º, I, da Lei nº 14.133/2021, é de competência exclusiva:

b.1) em se tratando de contratação realizada pela Administração Pública direta, do Secretário Municipal; ou

b.2) em se tratando de contratação realizada pela Administração Pública Indireta (fundação e autarquia), da autoridade máxima da entidade.

10.7. A aplicação de quaisquer das penalidades administrativas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa ao licitante ou contratado, devendo ser observado o procedimento previsto na Lei nº 14.133/2021, e, subsidiariamente, na Decreto nº 4.780/2023.

Lucas da Silveira
Secretário Municipal de Se
Port. Nº 0018-03/01/202

10.7.1. A aplicação de sanção será antecedida de intimação do licitante ou contratado, que indicará a infração cometida, os fatos, os dispositivos do edital e/ou do Contrato infringidos e os fundamentos legais pertinentes, a penalidade que se pretende imputar e o respectivo prazo e/ou valor, se for o caso, assim como o prazo e o local para a apresentação da defesa, com a possibilidade de produção de provas.

10.7.2. A defesa prévia do licitante ou contratado será exercida no prazo de:

a)15 (quinze) dias úteis, no caso da aplicação das sanções previstas nos itens **10.2.1 e 10.2.2**, contado da data da intimação;

b) 15 (quinze) dias úteis, no caso de aplicação das sanções previstas nos itens **10.2.3 e 10.2.4**, contado da data da intimação, observado o procedimento estabelecido no art. 158 da Lei nº 14.133/2021.

10.7.3. Será emitida decisão conclusiva sobre a aplicação ou não da sanção, pela autoridade competente, devendo ser apresentada a devida motivação, com a demonstração dos fatos e dos respectivos fundamentos jurídicos.

10.8. A aplicação das sanções previstas no edital e no contrato não exclui, em hipótese alguma:

a) a obrigação de reparação integral do dano causado à Administração Pública, na forma do art. 156, § 9º, da Lei nº 14.133/2021 e do art. 416, parágrafo único, do Código Civil; e

b) a possibilidade de rescisão administrativa do Contrato, na forma dos arts. 138 e 139 da Lei nº 14.133/2021, garantido o contraditório e a ampla defesa.

10.8.1. Aplica-se o disposto na alínea a do item 9.8 à multa compensatória, nos termos do parágrafo único do art. 416 do Código Civil.

10.9. As sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação, observados os requisitos estabelecidos no art. 163 da Lei nº 14.133/2021.

10.10. Se, durante o processo de aplicação de penalidade, houver indícios de prática de infração administrativa tipificada pela Lei nº 12.846/2013, como ato lesivo à administração pública nacional, cópias do processo administrativo necessárias à apuração da responsabilidade da empresa deverão ser remetidas à autoridade competente, com despacho fundamentado, para ciência e decisão sobre a eventual instauração de investigação preliminar ou Processo Administrativo de Responsabilização – PAR.

10.10.1. A apuração e o julgamento das demais infrações administrativas não consideradas como ato lesivo à Administração Pública nacional, nos termos da Lei nº 12.846/2013, seguirão seu rito normal na unidade administrativa.

Lucas da S. Vieira
Secretário Municipal de Adm.
Port. Nº 0018-03/01/2025

10.10.2. O processamento do PAR não interfere no seguimento regular dos processos administrativos específicos para apuração da ocorrência de danos e prejuízos à Administração Pública Municipal resultantes de ato lesivo cometido por pessoa jurídica, com ou sem a participação de agente público.

10.10.2.1. Caso seja possível, a apuração deverá ser promovida em conjunto no PAR, na forma do art. 33, § 1º, do Decreto nº 46.366, de 19 de julho de 2018.

10.11. Na hipótese de abertura de processo administrativo destinado a apuração de fatos e, se for o caso, aplicação de sanções ao licitante ou contratado, em decorrência de conduta vedada no edital e/ou no contrato, as comunicações serão efetuadas por meio do endereço de correio eletrônico ("e-mail") cadastrado pela empresa junto ao sistema eletrônico de contratações do Município.

10.11.1. O licitante ou contratado deverá manter atualizado o endereço de correio eletrônico ("email") cadastrado junto ao sistema eletrônico de contratações e confirmar o recebimento das mensagens encaminhadas pelo órgão ou entidade contratante, não podendo alegar o desconhecimento do recebimento das comunicações por este meio como justificativa para se eximir das responsabilidades assumidas ou eventuais sanções aplicadas.

10.12. O contratante deverá remeter para a Secretaria Municipal de Governo o extrato de publicação no Jornal Oficial do Município do ato de aplicação das sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar e contratar, de modo a possibilitar a formalização da extensão dos seus efeitos para todos os órgãos e entidades da Administração Pública do Município de Mangaratiba.

10.12.2. A aplicação das sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar e contratar deverá ser comunicada à Controladoria Geral do Município, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da sua aplicação, que informará, para fins de publicidade, ao Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas – CEIS e ao Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), na forma do art. 161 da Lei nº 14.133/2021.

10.13. Caso não seja efetuado o pagamento da multa aplicada ou o valor seja superior ao do pagamento eventualmente devido pela Administração ao contratado e da garantia prestada, deverá ser emitida nota de débito no valor total ou do saldo, no prazo de 30 (trinta) dias após a decisão final quanto à penalidade.

10.13.1. A nota de débito deverá ser encaminhada à Procuradoria Geral do Município para inscrição do débito em dívida ativa e propositura de execução fiscal, na forma do art. 39 da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964, e do art. 1º da Lei nº 1.012, de 15 de julho de 1986.

Lucas da S. Vem
Secretário Municipal de S...
Port. Nº 0018-03/2025

Estado do Rio de Janeiro
PREFEITURA MUNICIPAL DE MANGARATIBA
Secretaria Municipal de Administração e Suprimentos
Subsecretaria Municipal de Suprimentos

Processo n° 4246/2025
Fls. _____

Pregão Eletrônico SRP 018/2025

10.13.2. O procedimento para inscrição do débito em dívida ativa deverá observar o que dispõem os arts. 4° e 5° da Lei n° 5.351, de 15 de dezembro de 2008, sendo que, em caso de dúvida, a Procuradoria da Dívida Ativa deverá ser consultada.

11 DAS CONDIÇÕES GERAIS

11.1 As condições gerais de execução do objeto, tais como os prazos para entrega e recebimento, as obrigações da Administração e do fornecedor registrado, penalidades e demais condições do ajuste, encontram-se definidos no Termo de Referência, ANEXO *AO EDITAL DE LICITAÇÃO.*
Para firmeza e validade do pactuado, a presente Ata foi lavrada em 03 (três) vias de igual teor, que, depois de lida e achada em ordem, vai assinada pelas partes .

E, por estarem assim acordes em todas as condições e cláusulas estabelecidas nesta Ata, firmam:

Mangaratiba, 11 de julho de 2025.

PREFEITURA MUNICIPAL DE MANGARATIBA.

Lucas da S. Venito
Secretário Municipal de Saúde
Port. N°0018-03/01/2025

Lucas da Silva Venito
CPF/MF 191.660.457-97
Secretário Municipal de Saúde

PELA EMPRESA:
GREENFOOD SERVICE LTDA
CNPJ: 32.302.944/0001-00

GREENFOOD SERVICE LTDA:32302944000100
Assinado de forma digital por GREENFOOD SERVICE LTDA:32302944000100
Dados: 2025.07.11 11:26:08 -03'00'

Alessandra da Cruz Ferreira
CPF: 045.483.047-54

Lucas da S. Venit
Secretário Municipal de Saúde
Port. N°0018-03/01/2025

ESTADO DO RIO DE JANEIRO
Prefeitura Municipal de Mangaratiba
Secretaria Municipal de Segurança e Trânsito

CADEP/JARI - PROCESSOS JULGADOS – JUNHO / JULHO DE 2025

Processo	Auto de Infração	Placa	Situação
PMMG/000024/2025	M31588085	SRB 8A08	INDEFERIDO
PMMG/000407/2025	M31714951	LUJ 0A93	DEFERIDO
PMMG/000411/2025	M31715180	HKZ 8901	INDEFERIDO
PMMG/000412/2025	M31713896	KYR 9757	DEFERIDO
PMMG/000413/2025	M31715209	PWI 3339	DEFERIDO
PMMG/000414/2025	M31714378	LRX 7G82	DEFERIDO
PMMG/000447/2025	M31712967	RJP 1G41	DEFERIDO
PMMG/000461/2025	M31712394	SSZ 8E91	INDEFERIDO
PMMG/000514/2025	M31714580	KRK 9186	INDEFERIDO
PMMG/000495/2025	M31714418	KPA 9590	DEFERIDO
PMMG/000211/2025	M31711556	LRM 3F12	INDEFERIDO
PMMG/000473/2025	M31712249	LQI 1F78	INDEFERIDO
PMMG/000415/2025	M31711271	RKK 5D23	INDEFERIDO
PMMG/000429/2025	M31715150	RJO 3B26	DEFERIDO
PMMG/000445/2025	M31713860	TTU 0F12	DEFERIDO
PMMG/000427/2025	M31715210	LUC 2H76	DEFERIDO
PMMG/000444/2025	M31715218	ODB 5116	DEFERIDO
PMMG/000446/2025	M31712743	RUX 7J94	DEFERIDO
PMMG/000292/2025	M31713123	RJE 8J25	INDEFERIDO
PMMG/000451/2025	M31714522	RIU 8G19	DEFERIDO
PMMG/000472/2025	M31713857	GIK 9H81	DEFERIDO
PMMG/000481/2025	M31713171	LMW 7G40	DEFERIDO
PMMG/000482/2025	M31714256	LMZ 0E32	DEFERIDO
PMMG/000483/2025	M31714255	LMZ 0E32	DEFERIDO
PMMG/000491/2025	M31715389	TTK 0H12	DEFERIDO
PMMG/000504/2025	M31714007	LTJ 5J97	DEFERIDO
PMMG/000507/2025	M31712485	LTU 0729	DEFERIDO
PMMG/000530/2025	M31713056	RTN0B43	DEFERIDO
PMMG/000160/2025	M31710584	SRJ9B98	INDEFERIDO

ESTADO DO RIO DE JANEIRO
Prefeitura Municipal de Mangaratiba
Secretaria Municipal de Segurança e Trânsito

PMMG/000161/2025	M31710585	SRB9B98	INDEFERIDO
PMMG/000501/2025	M31710601	RJP7J98	INDEFERIDO
PMMG/000493/2025	M31714703	LUE4H24	DEFERIDO
PMMG/000502/2025	M31710536	RJP7J98	DEFERIDO
PMMG/000505/2025	M31585995	SRH3J92	INDEFERIDO
PMMG/000506/2025	M31715417	PZD3H67	DEFERIDO
PMMG/000508/2025	M31715483	KRZ2996	DEFERIDO

EXPEDIENTE

Órgão Responsável:
Subsecretaria de Comunicação

Jornalistas Responsáveis:
Nívea Marques

Edição e Revisão:
Jean Carlos Maia

Diagramação:
Jean Carlos Maia

Fotografia:
Jonathan Abade
Renan Ferrazzani

Impressão:
Subsecretaria de Comunicação

Versão Digital
www.mangaratiba.rj.gov.br/novoportal